

RIO DE JANEIRO “PARA INGLÊS VER”, MAQUIAGEM URBANA E ESPECULAÇÃO

Luiza Sansão
Jornalista

Luana Laux



A artesã Jane de Oliveira e companheiros de luta contra as remoções arbitrárias na Vila Autódromo

“Quando houve a notícia, em 2009, de que o Rio de Janeiro seria sede da Copa e das Olimpíadas, minha mãe me disse: ‘Eu não vou estar viva para ver, mas vai ser uma felicidade para vocês’. Hoje eu digo: minha mãe morreu e, para mim, não tem felicidade. A Copa e as Olimpíadas vieram para o Rio de Janeiro para tirar o pobre daqui”. Maria do Socorro, líder da Favela Indiana, resume o sentimento de milhares de cariocas afetados pelas remoções. Os apetites da especulação imobiliária contrastam com o baixo valor que a Prefeitura oferece para compra de outro imóvel: até R\$ 20 mil

Tão logo anunciou-se, em 2009, que o Brasil sediaria a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, poucos imaginariam o impacto deletério que tais megaeventos trariam às camadas mais pobres da população urbana, que certamente estiveram entre os brasileiros que comemoraram a notícia com enorme euforia. No ano de 2010, porém, em função



Luana Laux

Morador da Vila Autódromo

da preparação do país para a Copa, iniciou-se um verdadeiro calvário para milhares de famílias, nas doze cidades que sediarão os jogos. No Rio de Janeiro, cidade-sede oficial das Olimpíadas de 2016, os impactos econômicos, fundiários, urbanísticos, ambientais e sociais decorrentes dos grandes projetos urbanos são mais visíveis, destacando-se “uma política de realocação dos pobres na cidade a serviço de interesses imobiliários e oportunidades de negócios”,

como assinala o capítulo “Moradia” do dossiê “Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro”, divulgado em maio pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas.

A primeira grande questão discutida pelos movimentos sociais é a ausência da participação popular no processo de investimentos e replanejamento da cidade do Rio de Janeiro, na qual, de acordo com dados do Comitê Popular, cerca de 3 mil famílias já foram removidas e outras

8 mil estão sofrendo ameaças de remoção, em mais de 35 locais, entre comunidades e ocupações. Se, por um lado, tais ameaças já vêm acontecendo há muitos anos em diversas dessas áreas, intensificaram-se às vésperas dos Jogos Pan-Americanos, de 2007, tornando-se constantes de 2010 para cá, num processo de violação de direitos humanos em que milhares de pessoas, de uma

hora para a outra, se vêem obrigadas a desocupar as casas onde vivem há décadas, em geral em favelas e outras áreas há muito abandonadas pelo poder público.

De acordo com o já mencionado dossiê, as principais justificativas utilizadas pelo governo municipal para remover populações são: as obras viárias associadas aos corredores dos BRTs (*Bus Rapid Transit*); as obras de instalação ou reforma de equipamentos esportivos; e as

obras voltadas à promoção turística na área portuária e áreas de risco ou de interesse ambiental. Nem todos os casos estão relacionados diretamente aos megaeventos, mas todos estão vinculados à especulação imobiliária. “No Rio de Janeiro, o mercado imobiliário é muito influente. Apóia e elege prefeitos, vereadores, deputados. O investimento que acontece na cidade hoje é regido por regras de benefício privado e não de benefício público”, diz Renato Cosentino, do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro e da organização não governamental Justiça Global, de defesa dos Direitos Humanos.

“Não é deixar de negociar, porque tinha que ter algum acordo. Mas as autoridades brasileiras falaram ‘fininho’ e se renderam às exigências da FIFA, sem proteger os interesses da população, dos comerciantes, dos trabalhadores, do esporte local”, critica o deputado Gilberto Palmares (PT-RJ)

Nos acordos do governo federal com o Comitê Olímpico Internacional (COI) e a Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA), o Brasil demonstra ter se rendido por completo aos interesses das duas entidades, o que se evidencia no

conjunto de alterações legislativas e de uma série de medidas de caráter excepcional da chamada Lei Geral da Copa. “Foi criada toda uma legislação específica sobre a Copa, uma legislação federal, que redundou numa adaptação da legislação estadual”, afirma à *Revista Adusp* o deputado Gilberto Palmares (PT-RJ), para quem os governantes brasileiros cederam demais às determinações das organizações esportivas. “Não é deixar de negociar, não é deixar de ter o entendimento, porque tinha que ter algum acordo com a FIFA. Mas as autoridades brasileiras falaram ‘muito fininho’ e se renderam com muita facilidade às exigências da FIFA, sem proteger os interesses da população local, dos comerciantes locais, dos trabalhadores locais, dos interesses do esporte local”, critica Palmares.

A priorização dos interesses privados em detrimento dos interesses públicos, na preparação do Rio de Janeiro para os megaeventos, pode ser claramente percebida em casos como o da comunidade da Vila Autódromo, localizada na Baixada de Jacarepaguá, próximo à Barra da Tijuca. Na luta contra as remoções há mais de vinte anos, a área onde vivem cerca de 500 famílias sofreu forte valorização nos últimos anos, tornando-se alvo de grande interesse dos especuladores imobiliários, em nome dos quais a Prefeitura já alegou variados motivos para remover os moradores da comunidade. Na região está sendo construído o Parque Olímpico, uma das justificativas utilizadas para a remoção. “Alegaram muitos motivos. Em um momento, seria para o Centro de



Renato Cosentino

Mídia, antes de existir essa questão do Parque Olímpico aqui. Depois, teve uma questão de uma alça da Transolímpica, que passaria aqui em cima. A gente vem passando por várias etapas, de maneiras diferentes a Prefeitura vem renovando o seu discurso para tentar retirar a comunidade”, conta a artesã Jane Nascimento de Oliveira, líder comunitária da Vila Autódromo. “Antes dos Jogos Pan-Americanos a gente já estava na luta, por conta de um processo que a Prefeitura colocou para retirar a Vila Autódromo, alegando ocupação de área ambiental. A situação se agravou quando vieram as notícias da Copa e Olimpíadas. A partir de 2009, as coisas apertaram para o nosso lado”, diz a moradora, próxima ao muro que separa a comunidade do Parque Olímpico em construção.

Até o momento, apesar das diversas e incessantes tentativas da Secretaria Municipal de Habitação (SMH), não houve remoções na comunidade, devido à enorme vi-

Rafael Wallace

**Deputado Gilberto Palmares**

sibilidade que a luta dos moradores ganhou na imprensa nacional e internacional, ao apoio constante de diversos movimentos sociais e ao intenso trabalho da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro. “Em todos os casos, e na Vila Autódromo especificamente, existe uma justificativa política da especulação imobiliária, da valorização do entorno. Naquela região o município investiu muito. Não é à toa que eles quiseram jogar os equipamentos esportivos para essa região. Foram interesses claramente econômicos. Os megaeventos, na minha avaliação, só facilitam isso, porque aí eles têm dinheiro para movimentar e uma justificativa”, explica a defensora pública Maria Lúcia Pontes, do Núcleo de Terras e Habitação, responsável pelo processo da Vila Autódromo há mais de dez anos. Contudo, não consta dos documentos oficiais do governo municipal a associação entre a intenção de remover a comunidade e as Olimpíadas. Maria Lúcia

**Estudantes na Vila Autódromo**

acredita que a omissão é proposital e se deva ao fato de que, no final de 2010, a Defensoria enviou uma notificação ao COI, na qual questionava a justificativa de que a comunidade seria removida em razão dos Jogos Olímpicos, uma vez que, na apresentação do Rio de Janeiro e em alguns projetos, afirmava-se que a melhoria da qualidade de vida da população seria um legado dos eventos.

Em agosto de 2012, a comunidade apresentou ao prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, o “Plano Popular da Vila Autódromo”, elaborado em parceria com o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas e o coletivo técnico do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O Plano Popular propõe a urbanização da comunidade, com a retirada das pessoas que estão na faixa marginal da Lagoa de Jacarepaguá, e que as pessoas que necessitarem realmente ser removidas sejam remanejadas den-

tro da própria comunidade, e não reassentadas em outro local. “Os representantes do SMH falaram que, quando a Vila Autódromo criou o Plano Popular, não respeitou o que eles já tinham programado para cá, em matéria de obras do alargamento do rio [Pavuninha]. Mas, quando eles vieram com o Parque Olímpico e com o alargamento, a gente já existia aqui”, conta Jane, que cita, entre os problemas sociais que assolam a comunidade, a ausência de saneamento básico, destacando o fato de a água não ser legalizada, “exatamente para não nos afirmar mais aqui”.

O assédio da Prefeitura sobre as pessoas, para forçá-las a saírem de suas casas, também é uma constante, de acordo com moradores de comunidades. “As pessoas estão muito desorientadas pela pressão que já foi feita aqui dentro pela SMH. Eles sonégam informações e causam um terror psicológico. É uma estratégia desgraçada que eles têm de fazer as pessoas desistirem

do seu direito”, denuncia Jane, referindo-se ao fato de que alguns moradores acabam abrindo mão de seu direito e aceitando a remoção para os conjuntos habitacionais oferecidos pela Prefeitura — como os construídos pelo programa “Minha Casa, Minha Vida”, do governo federal — por não suportarem tamanha pressão. “Nós tivemos, de 2009 pra cá, muito mais falecimentos na comunidade do que nós tínhamos antes. Não posso provar, mas a gente imagina que tem a ver com o sofrimento das pessoas por causa dessa tortura psicológica”, completa.

“Membros da Secretaria da Habitação retornaram à comunidade oferecendo apartamento na região de Triagem ou indenização de R\$ 20 mil, não passava disso, ‘colocando terror’ no morador que não quisesse sair, dizendo que sua casa seria derrubada, que o trator ia entrar”

Na Favela de Indiana, na Tijuca, zona norte do Rio de Janeiro, as queixas são semelhantes. “O secretário de Habitação, Jorge Bittar, chegou à comunidade em 2010 dizendo que não estava lá para retirar os moradores. Duas semanas depois, membros da SMH retornaram oferecendo apartamento na região de Triagem ou uma indenização de R\$ 15 mil ou R\$ 20 mil, não pas-

sava disso, e *colocando terror* no morador que não quisesse sair da comunidade, dizendo que sua casa seria derrubada, que o trator ia entrar, e que o morador se preparasse para aceitar o apartamento ou a indenização”, conta Maria do Socorro da Silva de Oliveira, auxiliar de serviços gerais, líder comunitária da Indiana. “Tem muita gente lá sofrendo, tem morador que morreu, devido a essa pressão. Eu soube da mesma coisa acontecendo em outras comunidades, gente que morreu por não suportar o terror que a Prefeitura fez. Não tem serviço social e, quando vai um assistente social na comunidade, é para pressionar os moradores também, ‘vendendo’ apartamentos em Triagem”, critica a moradora, que já presenciou visitas à comunidade em que representantes da Prefeitura se faziam acompanhar por policiais da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) de Indiana, como uma forma de intimidar moradores.

Quando as ameaças de remoção tiveram início, houve uma divisão entre os moradores de Indiana. A maioria, cerca de 500 pessoas, não querem deixar o lugar. Porém, segundo Maria do Socorro, a Associação de Moradores não os representa, e incentiva a população do local a aceitar o apartamento do “Minha Casa, Minha Vida”, desmobilizando-os na luta pela permanência. A líder comunitária e outros moradores fundaram, então, uma comissão de luta contra as remoções, que, assim como ocorre na Vila Autódromo, conta com o apoio de movimentos sociais e com o trabalho da defensora pública Maria Lúcia Pontes. “O trabalho da Defen-

soria Pública, e em especial da Maria Lúcia, está sendo muito importante para nós, principalmente no sentido de nos informar sobre os nossos direitos e defendê-los. Se não fosse isso a Prefeitura passava por cima de nós de uma vez. O trabalho da Pastoral de Favelas também tem sido muito importante”, ressalta a moradora de Indiana, comunidade que a SMH alega ser de alto risco. “Não existe nenhum fundamento em alegarem que a região de Indiana é de alto risco. Não tem nenhuma obra, não será construído lá nenhum equipamento para jogos. Então alegaram risco, porque era o único argumento fácil. Mas nós entramos com uma ação civil pública para o município simplesmente informar qual a natureza da intervenção, e pedimos que parassem as demolições e retirassem os entulhos de lá, pois eles demoliam e deixavam os entulhos lá mesmo. E o município não apresentou nenhum documento que mostrasse a natureza da intervenção. Logo depois, o Ministério Público, que atua no processo por conta do impacto na cidade, apresentou um documento da GeoRio que classificava a Indiana como de baixo risco. Isso entrou no processo e todos os argumentos acabaram”, explica Maria Lúcia Pontes.

As opções que são oferecidas pela Prefeitura aos moradores ameaçados de remoção são, em geral, um apartamento em conjunto habitacional do programa “Minha Casa, Minha Vida”; o chamado aluguel social, que é sempre de 400 reais, independentemente do valor imobiliário da região, ou, em último caso, uma indenização baixíssima, que, quando muito, não passa de R\$ 15

mil ou R\$ 20 mil, valor obviamente insuficiente para uma família adquirir outra propriedade ao ser removida de sua moradia. “Todo processo de urbanização de favelas tem algum tipo de impacto. Só que há diversas formas de lidar com isso. A forma com que o governo está fazendo isso, com indenizações baixíssimas, por exemplo, é que é o problema. Tem casos na Restinga em que as pessoas não receberam indenização, estão esperando até hoje. Não aceitaram negociar nas bases que a Prefeitura impunha, que era ou indenização baixa ou reassentamento em Campo Grande, eles não aceitaram e não receberam nada, e ainda tiveram sua casa derrubada. E teve que refazer a vida sem nada, começando do zero. Ou tem caso de moradores que receberam R\$ 7 mil, R\$ 10 mil”, afirma Renato Cosentino.

O valor mínimo para uma indenização, frisa o membro do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas, é o que garante à pessoa removida a compra de outro imóvel nas mesmas condições. “O valor justo é o valor de mercado. Isso está nas leis internacionais das quais o Brasil é signatário. A pessoa não pode ser removida e ainda piorar sua condição de moradia”. Ele também questiona as condições dos reassentamentos: “Os condomínios do ‘Minha Casa, Minha Vida’ também são de apartamentos muito pequenos em locais muito afastados”, critica Cosentino. O modelo mais propagandeado pela Prefeitura como exemplo bem-sucedido é o condomínio do bairro Triagem, onde já se encontram pessoas que foram removidas de Indiana. Porém, segundo Maria do Socorro,

o condomínio já apresenta problemas: “Em risco não está Indiana, está Triagem, para onde já se mudaram algumas pessoas e já sofreram um alagamento no primeiro andar do prédio”.

“O ‘Minha Casa, Minha Vida’ é executado com a visão do construtor, são prédios que têm de ser baratos”, explica a defensora Maria Lúcia Pontes. “No Rio de Janeiro, o programa se transformou em facilitador de remoções”. Nos apartamentos de dois quartos, pequenos demais, “não é toda família que cabe”. É “isso ou a indenização ridícula”

A defensora pública Maria Lúcia atribui esse tipo de problema à baixa qualidade dos empreendimentos. “O problema do ‘Minha Casa, Minha Vida’ é que ele é executado com a visão do construtor, ou seja, são prédios que têm que ser baratos, com trabalhos que compensem o que eles estão recebendo de incentivo. Aí, constroem-se condomínios que, do ponto de vista estrutural, não são da melhor qualidade”, explica. “O programa não considera a realidade das famílias. No Rio de Janeiro especificamente, o programa se transformou em um mecanismo de remoção, um facilitador de remoções. As pessoas estão sendo

obrigadas a receber esses apartamentos de dois quartos pequenos demais, por exemplo, onde não é toda família que cabe. É aceitar isso ou uma indenização ridícula. É preciso haver um diálogo com quem vai receber esses empreendimentos, e não apenas com quem os constrói”, completa.

A dificuldade de dialogar com o governo municipal é um grande problema em todo esse processo. Um exemplo disso é que as comunidades não são sequer notificadas sobre as audiências públicas que tratam de suas situações, embora seja lei que toda obra de grande impacto ambiental e social deva ser discutida em audiências públicas. Assim, os moradores mais envolvidos na luta contra as remoções tomam conhecimento das audiências por meio de membros de movimentos sociais. “As audiências públicas acontecem como farsa. A audiência pública do metrô foi isso, a do processo de privatização do Maracanã foi uma vergonha, a legalidade dela está sendo até contestada. As audiências são ritos do processo democrático, e eles são atropelados. Isso mostra muito de uma forma autoritária de gestão, que é o que acontece tanto na Prefeitura quanto no Governo do Estado”, critica Cosentino. “Até acontecem as audiências públicas, mas são audiências manipuladas e feitas sem que ninguém saiba. Então eles cumprem formalmente a lei, mas você não tem efetiva participação popular. É um processo meio nebuloso”, avalia o cientista político Paulo Baía, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Procurado pela *Revista Adusp* para uma entrevista, o secretário municipal de Habitação do Rio de Janeiro, Pierre Batista, enviou, por meio de sua assessoria de comunicação, somente a seguinte resposta via e-mail: “A Secretaria Municipal de Habitação (SMH) trabalha com projetos de Habitação de Interesse Social, focados mais especialmente nas famílias com rendas de até R\$ 1.600,00 por mês. A Prefeitura do Rio não está realizando nenhum reassentamento em função da Copa do Mundo. Com relação aos Jogos Olímpicos, o único projeto de reassentamento que estava em estudo era o dos moradores da Vila Autódromo, em Jacarepaguá, mas, como você deve estar acompanhando pela imprensa, a medida está sendo reavaliada, em função da abertura de nova rodada de negociações, realizada entre o prefeito Eduardo Paes e os moradores da comunidade.” Houve nova solicitação de entrevista, mas a assessoria do secretário afirmou que esta não seria concedida.

Em agosto de 2013, Eduardo Paes recuou com relação às remoções em algumas comunidades, dentre as quais as já mencionadas Vila Autódromo e Indiana, cuja mobilização pela permanência tem se destacado pela força de atuação. Jane Nascimento e Maria do Socorro, lideranças das comunidades, ainda não estão comemorando: o fato de o prefeito ter aceitado negociações na primeira delas, bem como seu gesto de ir pessoalmente à segunda comunidade dizer que não seria removida, são motivos de alegria, mas insuficientes para gerar entusiasmo. As lideranças comunitárias ressaltam



Choque da PM cerca Aldeia Maracanã, no Museu do Índio (22/3/13)

a desconfiança dos moradores nos governos municipal e estadual. “A cobrança à Prefeitura vai continuar, as manifestações não vão parar, porque nós não confiamos no poder público, e essa falta de confiança é comum a todas as comunidades”, afirma Maria do Socorro, que destaca que a luta pela permanência de Indiana é também uma luta “pela regularização fundiária, melhorias na comunidade e título de posse”. Em resumo: “Tudo o que a comunidade precisa e nunca teve”.

Para as lideranças comunitárias e a Defensoria Pública, o recuo da Prefeitura se deve não só à luta intensa travada pelas comunidades que se organizaram contra as remoções, mas às manifestações que tomaram as ruas do país e do Rio de junho para cá. “A capacidade de organização e mobilização foi fundamental para Indiana, Vila Autódromo e outras comunidades. Mas a mudança de postura pública do prefeito tem um claro impacto das manifestações também”, diz Maria Lúcia. “Está havendo um recuo de vários governantes em fun-

ção das grandes manifestações”, afirma Paulo Baía. “Em situações como a da Vila Autódromo, da Aldeia Maracanã e alguns outros locais que sofreriam demolição para tornarem-se estacionamentos ou outros empreendimentos, o prefeito tem voltado atrás em função do clima geral que se instalou no país”.

“No dia 22 de março, às 3h da madrugada, chegaram 200 homens fortemente armados, 40 viaturas, dois caveirões, três helicópteros. Fomos retirados do prédio como se fôssemos bandidos. Foi terrível o que o governo fez contra os povos indígenas”, diz Carlos Tucano sobre o despejo no Antigo Museu do Índio

Nadia Maria

**Carlos Tucano**

O caso da Aldeia Maracanã, no prédio do Antigo Museu do Índio, ocupado em outubro de 2006 por 40 índios de 12 etnias, ganhou repercussão internacional pelo desfecho violento. Fundado pelo antropólogo Darcy Ribeiro em 1953, o antigo Museu do Índio foi criado com a finalidade primordial de preservar a memória e a cultura dos povos indígenas. A instituição foi transferida para o bairro do Botafogo em 1978, esvaziando a antiga sede, no Maracanã. “O prédio tinha sido abandonado pelo governo federal havia quase três décadas quando nós o ocupamos”, conta Carlos Tucano, cacique da Aldeia Maracanã, explicando que o Ministério da Agricultura liberou o espaço, em 2006, para que os índios que o haviam ocupado permanecessem lá. “Então, limpamos aquele espaço e o mantivemos para formalizar um centro cultural, que foi o sonho do índio. E ficamos lá desde então. Nesse processo, muita gente nos ajudou. Inclusive as universidades

UFF, UERJ, UFRJ e algumas privadas, sindicatos de professores, e a sociedade civil”, conta o líder indígena que, nascido no Amazonas e pertencente à etnia Tucano, veio para o Rio de Janeiro aos 37 anos de idade e sempre atuou na luta pela causa indígena.

“Até os Jogos Pan-Americanos de julho de 2007, ninguém disse que a gente estava atrapalhando, nem que o prédio estava velho, em ruínas”, lembra Tucano, que é consultor de questões indígenas e trabalhou por muitos anos no Museu do Índio, em Botafogo. “O nosso sofrimento começou em 2010, quando foi anunciado que o Brasil sediaria a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016”, destaca. Localizado no bairro Maracanã, o prédio e todo o entorno do grande estádio estão passando por obras de preparação para a Copa. “Quando houve a Rio+20, como o Brasil já seria sede da Copa e o Maracanã é o maior estádio do mundo, eu pensei: até a Conferência Rio+20, onde haveria

a Cúpula dos Povos Indígenas, o governo não mexeria com a gente, mas, depois que acabasse a conferência, mexeria. Foi o que aconteceu. No dia 16 de junho, não tinha passado nem um mês que a conferência tinha terminado, o Governo do Rio anunciou que tinha comprado o prédio por R\$ 60 milhões”, lembra o cacique, que procurou a Defensoria Pública, iniciando-se uma série de ações judiciais para que o prédio não fosse demolido — já que o Governo do Estado pretendia demoli-lo para construir um estacionamento para o megaevento — e para que os povos indígenas pudessem permanecer no local.

Carlos Tucano conta que, após a concessão de privatização de todo o Complexo Maracanã, em 8 de novembro de 2012, um grupo de indígenas foi até o chefe da Casa Civil do governo Cabral, Régis Fichtner, mas não foi atendido. “No dia seguinte, 9, estivemos com a Defensoria Pública e com a desembargadora da 2ª Região do Tribunal Federal, Maria Helena Cisne, que é quem teria o poder de derrubar as ações. Pedimos que nos desse pelo menos um tempo para a gente se organizar e garantir para onde nós iríamos. Ela disse simplesmente que não poderia fazer nada, que o prédio estava velho e em ruínas”. Cerca de três dias depois, as liminares foram derrubadas e os povos indígenas, derrotados.

“No dia 12 de janeiro de 2013, chegaram 40 homens do BOPE às cinco horas da manhã, nos pressionando para sair. Mas eles não tinham nenhum documento, nenhuma legalidade, nenhum mandado. Foi uma grande pressão psico-

lógica”, narra Tucano. O episódio foi presenciado por parlamentares, como o deputado Marcelo Freixo (PSOL), da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), defensores públicos, a imprensa nacional e internacional e ativistas de movimentos sociais que apóiam a causa indígena. Os policiais se retiraram, mas a tensão somente aumentava e a ausência de diálogo com o governo estadual piorava a situação dos indígenas.

Em 15 de janeiro, a tropa dita de elite retornou à Aldeia Maracanã, encabeçada pela subsecretária de Assistência Social, Nelma Azeredo, e pela subsecretária de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos, Andréia Sepulveda, que ofereceram aluguel social aos índios. “Doutoras, não estamos pedindo esmola, só queremos que vocês, do Estado do Rio de Janeiro, reformem esse prédio para nós, para que possamos trabalhar com dignidade”, respondeu o cacique, a quem foi oferecido um prazo de três dias para pensar na proposta, prazo este que não foi cumprido: no mesmo dia, o secretário estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, Zaqueu Teixeira, convocou quatro líderes para negociação, à qual Tucano compareceu. Desmobilizados estrategicamente pela rapidez com que o Estado agiu, ouviram pela primeira vez a proposta de reassentamento. Os advogados, que foram impedidos de entrar na sala onde se dava a reunião, orientaram os indígenas a solicitar que a proposta fosse feita por escrito. No dia seguinte, um documento assinado por Zaqueu Tei-



Complexo do Rock in Rio domina paisagem na V. Autódromo

xeira e o governador Sérgio Cabral (PMDB) foi entregue ao cacique.

Na Zona Portuária houve muitos despejos forçados, com violência policial, para atender ao Projeto Porto Maravilha de revitalização. “Quando você tem uma cidade gerida em benefício privado, passa a ser excludente, porque é preciso valorizar espaços. Isso está acontecendo com o Porto Maravilha”, avalia

Renato Cosentino

Os índios aceitaram o acordo, cuja oferta envolvia a criação de um Centro de Referência da Cultura dos Povos Indígenas. Em março, receberam a primeira comunicação de que deviam desocupar o prédio e teriam um prazo de dez dias para fazê-lo. Um dia depois, este prazo

foi reduzido para 72 horas. Tucano afirma ter procurado novamente negociar com o secretário, mas este se recusou a reconsiderar a remoção da Aldeia Maracanã, alegando que o prazo para negociação estava esgotado. E foi aí que o mundo todo pôde acompanhar a enorme violência do Estado contra os povos indígenas. “No dia 22 de março, às três horas da madrugada, chegaram 200 homens fortemente armados, 40 viaturas, dois caveirões, três helicópteros. Fomos retirados do prédio como se fôssemos bandidos. Nunca vou me esquecer, foi terrível o que o governo fez contra os povos indígenas. Nós não tínhamos nada, nenhum armamento. Eu vi quando eles cantaram, dançaram, para nos provocar. Assim fomos retirados, com muitas agressões”, relatou o índio.

Nesse dia, os indígenas que aceitaram sair deixaram o prédio por volta das nove horas da manhã, sendo levados para um hotel no centro da cidade e, em seguida, para a distante Colônia de Curupaiti, em Jacarepaguá, onde estão até hoje. “Os que não aceitaram e



Outro contraste opõe o cenário da vegetação de mangue da Vila Autódromo a grandes edifícios a pouca distância



Maria Lúcia Pontes, defensora

resolveram resistir foram retirados entre as 12 e 13 horas, na base da violência, e hoje estão nas ruas”, conta Tucano, que, desde então, vive em Curupaiti, onde o governo montou um alojamento provisório, com beliches, cozinha e banheiros. De acordo com o cacique, o go-

verno se comprometeu a conceder cestas básicas de 15 em 15 dias, mas não está cumprindo. “Eu não estou comendo carne, nem peixe, nada. Só mandam arroz e feijão. O leite que eles mandaram, por exemplo, é horrível”. Os índios permanecerão em Curupaiti até o governo construir uma aldeia, o que, de acordo com o governo, deveria acontecer entre seis meses e um ano e meio após a remoção. “Já estamos em cinco meses e até agora não se construiu nada”, questiona o cacique. “Eu não sou contra a Copa do Mundo, eu não sou contra a alegria do povo. Sou contra as injustiças que estão praticando contra nós em função disso”, enfatiza. Os índios não retornarão ao prédio, mas este não corre mais o risco de ser demolido e transformado em estacionamento. Em 9 de agosto, Dia da Luta Internacional dos Povos Indígenas, o governo estadual anunciou o tombamento do prédio do anti-

go Museu do Índio e o debate em torno da criação de um Centro de Cultura Indígena no local.

Dentre as comunidades que estão sofrendo processo de remoção no Rio de Janeiro, há as ocupações da Zona Portuária, onde já houve muitos despejos forçados pelo Estado, com intensa violência policial. A justificativa da Prefeitura para a remoção na região é o Projeto Porto Maravilha, de revitalização da região portuária, mais um caso que evidencia o projeto do Rio de Janeiro como cidade para turista, em que a população pobre compromete a estética da Cidade Maravilhosa e, portanto, é retirada no processo de higienização urbana que varre a pobreza como sujeira para “debaixo do tapete”, jogando-a para as regiões periféricas da cidade, distantes das regiões que serão visitadas pelos turistas atraídos pela Copa e Olimpíadas. “Quando você tem uma cidade que é gerida em benefício privado, passa a

ser uma cidade excludente, porque é preciso valorizar espaços e, para isso, a lógica é de espaços exclusivos e de hegemonia de uma determinada classe. Isso está acontecendo com o Porto Maravilha. Você pega uma área de expansão da cidade que você quer tornar uma área de expansão para alta renda. Porque só assim você consegue extrair o máximo de preço daquele solo. Assim, a primeira coisa que eles fazem é tirar as ocupações”, afirma Renato Cosentino.

“As intervenções na cidade para prepará-la para os megaeventos visam criar uma vitrine, uma imagem de cidade supostamente cosmopolita, que atraia os investidores internacionais. Dentro desse empresariamento urbano, os megaeventos são ferramentas privilegiadas. O que precisa ser destacado é a violência do Estado contida nesse conjunto de intervenções seletivas e repressivas. Essas intervenções acabam se integrando a uma dinâmica de exceção na qual as legislações urbanísticas, quando não relativizadas, são descaradamente ignoradas e os direitos fundamentais são desrespeitados”, afirma Felipe Brito, professor na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) e dirigente do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST-RJ), que comenta a violência policial que se abateu contra a série de atos contra as remoções, realizados em oito das doze cidades-sede da Copa. Os atos constituíram a Jornada Nacional organizada pelo MTST, em conjunto com os Comitês Populares da Copa e Olimpíadas de vários Estados e outros movimentos sociais.

“A Lei Geral da Copa é muito preocupante, porque suspende temporariamente a legislação brasileira ordinária. Outro fator muito importante é que a segurança na Copa está sendo pensada não pelo Ministério da Justiça, mas pelo Ministério da Defesa, portanto está militarizada”, diz Paulo Baía

Na onda de manifestações que tomou as ruas do país em junho, muito se gritou contra esse processo de remoções, assim como contra a privatização do Maracanã e outras arbitrariedades decorrentes dos acordos do Brasil com a FIFA e o COI para a realização dos megaeventos. Houve uma grande manifestação na abertura da Copa das Confederações, em que, paralelamente, também aconteceu a Copa Popular Contra as Remoções, organizada pelo Comitê Popular do Rio. Diversas comunidades impactadas pelo processo jogaram futebol no campo da Gamboa, bairro na região portuária da cidade. Outras manifestações de resistência continuam acontecendo com frequência, sempre articuladas pelo Comitê e pelas entidades e movimentos sociais envolvidos na defesa dos Direitos Humanos, contra as remoções mas igualmente contra a Odebrecht,

empresa responsável pelas obras do Complexo Maracanã Entretenimento S.A. As convocações ganham milhares de adeptos todos os dias, nas redes sociais e nas ruas.

“As manifestações têm mostrado que a população brasileira percebeu que a Copa está trazendo prejuízos para ela, para o país. A paixão pelo futebol fez com que o povo percebesse que esta Copa do Mundo o tirou do estádio e que o evento só está beneficiando empreiteiras, grupos financeiros, grupos turísticos, redes de gastronomia, enquanto a população não terá lugar nem no estádio”, analisa Paulo Baía. “A Lei Geral da Copa é muito preocupante, porque suspende temporariamente a legislação brasileira ordinária. Outro fator que considero muito importante é que a segurança na Copa está sendo pensada não pelo Ministério da Justiça, mas pelo Ministério da Defesa, portanto está militarizada”, diz o sociólogo.

A Lei Geral da Copa determina, dentre outras arbitrariedades, um verdadeiro prejuízo para os trabalhadores locais, formais e informais. “Os pequenos comerciantes, donos de bares, de pequenas lojas, que às vezes passam a vida toda vendendo bem pouquinho, não serão beneficiados justamente quando surge uma oportunidade como o megaevento, em que a venda deles poderia crescer. A legislação da Copa, aprovada aqui na Assembleia Legislativa, contra o nosso voto, é tão refinada, tão perversa em alguns aspectos, que até nisso causa constrangimento, pois proíbe donos de pequenos estabelecimentos que estejam no raio de um quilômetro do Maracanã de

Luana Laux



Maria do Socorro de Oliveira, líder comunitária da Indiana

vender nos grandes jogos”, critica o deputado Gilberto Palmares. Devido à proibição de venda de quaisquer mercadorias nas imediações dos estádios ou suas vias de acesso, não só os trabalhadores são prejudicados (principalmente os informais, que serão reprimidos), como pode ser dificultado o funcionamento de escolas, hospitais e outros equipamentos públicos essenciais. Além destas questões, há as inúmeras formas de isenções fiscais; a flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal para obras associadas aos megaeventos; a possibilidade de desmatamento em áreas de Preservação Permanente para obras relacionadas à Copa e outras determinações absurdas. O preço dos ingressos para assistir aos jogos é proibitivo para a maior parte da população, em meio a um processo de elitização do Maracanã, que vem sendo tão criticado e alvo de manifestações. “A expressão que o povão sempre utilizou, ‘o Maraca é nosso’, não pode ser mais utilizada”, observa Palmares.

Todos esses problemas sociais ocasionados ou aprofundados pelas mudanças do Rio de Janeiro em função da preparação da cidade para a Copa e as Olimpíadas evidenciam o que a defensora pública Maria Lúcia Pontes considera como ausência de uma política habitacional no município. “Eu não sei que política habitacional é esta, que pretende excluir todos os pobres dos lugares atraentes do município. Não existe, por exemplo, uma política de regularização fundiária. O programa ‘Minha Casa, Minha Vida’ não só criou a possibilidade de construção de habitações; criou incentivos fiscais para se construir imóveis, que parece algo voltado muito mais para agradar os construtores do que os moradores; criou uma formalização da regularização fundiária e, no Rio de Janeiro, isso não tem sido aplicado. Pelo contrário: toda a movimentação do município é para excluir as pessoas mais pobres dos lugares mais atraentes. Então não existe uma política habi-

tacional voltada para os pobres no Rio de Janeiro. Reassentamento é você tirar uma pessoa de uma área de risco, por exemplo, e levá-la para um lugar próximo ao que ela vive, dentro ou próximo da comunidade dela, e não para um lugar distante”, critica a defensora pública.

“O plano diretor aprovado em 2011 no Rio deixa muito claro, em vários pontos, o que o município quer para a cidade do Rio de Janeiro: ele quer uma cidade para o turismo. A cidade tem uma política para atrair turistas e para ganhar dinheiro. Não tem uma política para tornar as comunidades melhor habitadas, a posse mais segura, direito a um tratamento isonômico do ponto de vista do direito material”, completa.

Neste sentido, a escolha da Cidade Maravilhosa para sediar os maiores eventos do esporte mundial revelou-se um completo logro para os cidadãos que se encontram à margem das escolhas do poder econômico. “Quando o sorteio aconteceu, foi uma felicidade. Mas, logo depois, começou a remoção. Quando houve a notícia, em 2009, de que o Rio seria sede da Copa e das Olimpíadas, minha mãe, que faleceu há três anos, me disse: ‘Eu não vou estar viva para ver, mas vai ser uma felicidade para vocês que vão ver’. Hoje eu digo: minha mãe morreu e, para mim, não tem felicidade. Feliz foi ela, que não viu o que está acontecendo comigo, com os moradores de comunidades pobres, que estamos sofrendo. A Copa e as Olimpíadas vieram para o Rio de Janeiro para tirar o pobre daqui. Então só tem é tristeza para todo morador pobre do Rio de Janeiro”, encerra a líder comunitária Maria do Socorro.